

**Autoria:** Ivan Prates Sternick\*

O contexto atual brasileiro de crise econômica, turbulência política e convulsão social trouxe novamente à tona o eterno debate sobre quais são os principais problemas do Brasil, que o prendem à condição de subdesenvolvimento e atraso. O debate público se restringe quase que exclusivamente a aspectos econômicos do problema, como o gasto público, a dívida externa e a política monetária, orbitando, em última instância, o velho debate entre setor público e setor privado no que se refere à eficiência de produzir e alocar recursos. Em contraposição à essa perspectiva economicista da questão, Jessé Souza, ex-presidente do IPEA e professor da UFF, em sua obra *A ralé brasileira* (2009), traz uma forma de pensar o Brasil e os seus maiores problemas sob uma ótica completamente oposta.

Para o autor, a ciência social brasileira fundamenta-se num grande mito de Brasil. Apesar de seu suposto caráter científico, que se deve ao seu “economicismo” e fetiche por dados, acaba mais por encobrir e invisibilizar do que por expor os maiores problemas do país, sendo conservadora nesse sentido. Dizendo brevemente, esse mito consiste na crença que os brasileiros das mais distintas classes e origens são pessoas dotadas das mesmas características e chances, de modo que aspectos culturais e sociais, fundamentais para se entender uma determinada classe social, não são levados em conta no entendimento dos problemas sociais brasileiros. Estes são, pois, sempre reduzidos à disputa “espantalho” entre Estado e mercado, como se o grande problema brasileiro fosse de ineficiência ou corrupção. A ciência conservadora brasileira aceita, de forma implícita, o discurso do senso comum da meritocracia.

O argumento de Souza lança mão de uma

noção de classe social muito distinta daquela considerada pelos economistas. Enquanto esta última enxerga classe a partir de faixas de renda, Souza vale-se da noção de classe como caracterizada principalmente por características imateriais e valorativas, cuja instituição transmissora é a família. Segundo essa visão, a socialização familiar dos indivíduos, que ocorre no silêncio do lar através de um processo intergeracional de transmissão de valores e hábitos – como o autocontrole, o pensamento prospectivo, a disciplina, o comedimento e a capacidade de concentração –, os quais as pessoas das classes média e alta tendem a enxergar como *naturais*, é a maior responsável pelo privilégio de classe. Esses valores e modos de agir e pensar, ensinados de forma *implícita* na educação familiar, tornam-se, com o tempo, parte do corpo das pessoas, figurando como reflexos inconscientes do ser. Esses valores são, além disso, aqueles mais valorizados nos indivíduos pelo mercado e pelo Estado para a ocupação dos postos de trabalho.

A título de exemplo, tome-se a classe média. Segundo Souza, o privilégio de indivíduos de classe média se assenta na sua posse de um capital cultural, que é obtido tanto a partir do processo de socialização familiar, quanto a partir de aspectos materiais possibilitados pelo maior tempo que pessoas dessa classe têm, na infância e na adolescência, para aprenderem e crescerem. Valores como autocontrole e disciplina são ensinados às crianças desde tenra idade, a partir de formas diversas que não serão expostas aqui. A segurança material garantida pela renda dos pais enseja um tratamento afetivo para com as filhas e filhos, essencial para construir a autoestima desses indivíduos, esta que tem importância ímpar para o “sucesso” na vida profissional.

\*Aluno do curso de Ciências Econômicas – FACE/UFMG

A classe média e classe alta detém, respectivamente, o capital cultural e o capital econômico que garantem seu privilégio para ocupar os melhores cargos do mercado e do Estado. Já a classe ironicamente chamada de “ralé” (segundo Souza, sendo correspondente a um terço da população), destituída de ambos os capitais cultural e econômico, e, mais do que isso, destituída dos meios para obtê-los – uma vez que é caracterizada pela desestruturação do núcleo familiar e pelo completo pauperismo material – é completamente desprivilegiada.

Dessa forma, a sociedade brasileira fundamenta-se numa injustiça social absoluta, assentada na desigualdade completa de oportunidades (entendidas em âmbito não só material, mas também imaterial e simbólico) entre os indivíduos das diferentes classes. O “segredo” do privilégio de classe, oriundo do processo de socialização familiar, é seguramente guardado pelo silenciamento dessa fonte de privilégio pelo senso comum.

O senso comum, apoiado pelo que Souza chama de “mito da brasilidade”, exerce a função primordial de justificar a estrutura de classes a partir da ideia de meritocracia. Como não se vive mais numa sociedade em que o privilégio possa ser justificado pela nascença, ou pela religião, mas em meio social supostamente democrático, entende-se que todos são iguais por natureza e que possuem os mesmos direitos. Nesse sentido, a meritocracia figura como o mecanismo explicativo das diferenças entre os indivíduos via esforço: “ganha mais quem fez mais por merecer”.

Para isso fazer sentido, o senso comum pressupõe a igualdade de oportunidade entre as pessoas e, principalmente, a garantia da natureza individual do mérito, isto é, o atribui ao esforço do indivíduo, destacando-o do meio social e de sua classe.

Ora, para Souza, o “mito da brasilidade”, fundado pelos grandes intérpretes do Brasil e divulgado de forma oportuna a partir de Getúlio Vargas como um modo de criar um sentimento nacional comum, exerce justamente a função de potencializar o discurso do senso comum. O faz ao reduzir os brasileiros das diferentes classes a algo comum: ao brasileiro

cordial, adepto da chamada “filosofia do jeitinho”, que se utiliza de meios pessoais e corruptos para realizar suas vontades. Como se todos os brasileiros – e não apenas aqueles que tem dinheiro e, portanto, poder – pudessem se valer de tal mecanismo para ascenderem socialmente. Além disso, a tese do patrimonialismo também constitui parte do “mito da brasilidade”, e é a responsável por atribuir ao Estado – mas não ao mercado – todos os males da sociedade brasileira: como o foco da corrupção, da confusão entre o público e o privado e origem da ineficiência brasileira. Está criado, assim, o mito no qual se fundamentam as ciências sociais brasileiras.

Para Souza, o maior problema do Brasil é, portanto, de natureza social. Ele se refere à naturalização da absurda desigualdade social brasileira e ao abandono dessa classe inteira de indivíduos desprovidos do capital cultural e capital econômico necessários para a sua inserção no mercado e no Estado. Esse abandono consiste no processo de invisibilização da ralé, isto é, na descaracterização das pessoas dessa classe como indivíduos, que ocorre a partir da desvalorização simbólica das atividades que exercem – trabalhos desqualificados e informais, ligados ao trabalho braçal, ao esforço exaustivo, ao *corpo* – e também a partir da visão de inferioridade quanto à forma de individualidade e ao “expressivismo” – forma de agir, falar e se vestir, além de interesses pessoais e inclinações emotivas – dessas pessoas. Em termos concretos, essa invisibilização é vista diariamente nas ruas, nos noticiários e dentro de casa: o tratamento de problemas envolvendo indivíduos da ralé como caso de polícia, e não de política; o aparecimento nos jornais daqueles mortos – pela polícia, ou pelo tráfico – diariamente nas favelas apenas como números, estatísticas, enquanto figuras da classe média ou classe alta ganham destaque nas primeiras páginas – figurando como pessoas, e não como número; nas diversas formas de “higienização” urbana feitas recentemente, em que moradores de ruas, vendedores ambulantes e trabalhadores informais são recorrentemente tratados como animais, a serem despejados com truculência.

Tal invisibilização é possível no Brasil – mas

não nos países desenvolvidos, que se diga – justamente porque aqui o acesso ao trabalho digno nunca foi universalizado para todas as classes. Desde a Colônia o trabalho braçal e corpóreo, na medida que era feito pelos escravos, tornou-se símbolo de desprezo pelas classes superiores; a abolição da escravidão não seguida por nenhuma política sequer de inclusão social e universalização da cidadania. O processo de industrialização do Brasil ocorreu com a marginalização das grandes massas; o “milagre brasileiro”, durante a ditadura, que elevou a classe média ao paraíso, só o fez na medida que o trabalho dos mais pobres foi superexplorado e desvalorizado, de modo que pudesse ser amplamente comprado pelas demais classes. Em suma, no Brasil, o abandono real e simbólico dessas pessoas ocorreu de modo silencioso e perverso durante todo seu processo histórico, e continua a acontecer.

Nesse sentido, o que realmente separa a sociedade brasileira do padrão das sociedades desenvolvidas, não é o PIB, ou a ineficiência produtiva, ou qualquer tipo de diagnóstico “espantoso” sobre corrupção, tamanho do Estado, uma elite má ou algo do gênero. Nessas sociedades, a cidadania foi universalizada, e as pessoas são tratadas minimamente de forma igual, como indivíduos. O que nos separa é o abismo que existe no Brasil entre as classes sociais, que não pode ser atravessado sozinho. A ignorância quanto a isso apenas aprofunda-o e torna-o cada vez mais intransponível, enquanto a sociedade briga por questões secundárias e que de fato não dizem respeito aos nossos maiores problemas.

A obra de Souza é, dessa forma, a tentativa de desconstrução completa do mito brasileiro e da meritocracia. A partir de uma pesquisa empírica extensa sobre várias pessoas da ralé, a obra busca retratar seu modo de viver, suas aflições e suas esperanças, constituindo um estudo original e essencial para qualquer um que deseje entender quão injusta a sociedade brasileira é. A tomada de consciência disso é o ponto de partida para a transformação social emancipatória do Brasil.